

A Importância da Atualização de Dados sobre o Consumo Alimentar

Joracy Mendes Lima dos Reis(1)

O consumo de alimentos é um dos principais indicadores do estado alimentar e nutricional de uma população.

De uma maneira geral ele é influenciado por inúmeros fatores, dentre os quais o nível de renda; o grau de educação e organização de consumidores, que pressionam por novos padrões de exigências dos produtos da dinâmica populacional, especialmente as migrações; a urbanização, principalmente quanto ao tipo de alimentos e estruturas de distribuição da composição etária, levando-se em conta o avanço da expectativa de vida das populações, de a participação da mulher no mercado de trabalho, que exigiu uma nova tecnologia para a produção doméstica dos alimentos (alimentação de conveniência e de mudanças na estrutura familiar, com uma tendência de declínio do número de pessoas por domicílio.

Em recente pronunciamento na TV no final do ano de 95, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse textualmente que "...a maior alegria que tive foi saber que este ano os brasileiros tiveram mais comida em sua mesa. Algumas famílias, que antes não podiam, hoje comem frango e carne. O consumo de alimentos aumentou 30%".

O Presidente da República baseou-se no consumo aparente de alimentos, ou seja, na disponibilidade, que vem sendo calculada por diversos órgãos do governo: CONAB, IBGE, FGV, sendo esse dado uma fonte regular de informação sobre o assunto. É impor-

tante destacar que a disponibilidade per si, não significa que a população está ingerindo os alimentos

No quadro I está calculada a disponibilidade de alguns alimentos básicos: feijão, milho, trigo, carne bovina, frango e ovos. De acordo com esses dados, merece registro a situação do frango, que apresentou uma crescente disponibilidade do produto na década. Comparando-se os anos de 86 e 95, verificou-se um aumento de 111% na disponibilidade do referido produto; 41% do milho; 18% do feijão; 6% de ovos em contraposição a uma redução de 5% de carne bovina.

Anteriormente, as análises sobre o consumo real eram baseadas nos dados do Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF), em nível nacional, realizado pelo IBGE, em 74/75, estando, portanto, defasado em mais de 20 anos. Essa pesquisa envolveu uma amostra probabilística de 55.000 domicílios em todo o País, onde o consumo médio per capita diário das famílias foi estimado de forma direta a partir do método de pesagem dos alimentos, aplicado por sete dias consecutivos em cada domicílio, por estrato de renda.

Posteriormente, tem havido pesquisas de orçamentos familiares (POF), feitas pelo IBGE, sendo a última em 87/88, em domicílios situados nas áreas metropolitanas do Brasil. A quantidade de alimentos consumidos nas residências foi estimada a partir da divisão do gasto mensal declarado pelas famílias com cada tipo de alimento, pelo preço médio dos produtos durante o período do inquérito. Assim, a quantidade de alimentos consumida, dividida pelo número de pessoas do domicílio, forneceu a estimativa do consumo médio per capita diário da família.

Nesta década estão ocorrendo mudanças estruturais no mercado em

Quadro I
DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS NA DÉCADA - 1986/1995

Anos	Feijão (*)	Milho (*)	Trigo(*)	Carne Bovina (*)	Frango(*)	Ovos(**)
1986	17,8	161,0	-	29,6	10,6	8,0
1987	16,8	191,9	59,1	25,4	12,1	9,4
1988	18,6	181,1	49,6	25,0	12,4	8,9
1989	18,3	183,7	52,0	28,6	12,9	7,1
1990	16,4	171,4	51,2	28,5	14,2	7,7
1991	17,9	171,9	51,3	28,9	15,7	7,7
1992	18,7	190,8	49,9	26,9	18,7	7,9
1993	18,4	203,0	51,8	27,0	18,0	7,0
1994	20,8	213,0	49,6	26,9	19,2	7,3
1995	21,1	227,8	54,1	28,1	22,4	8,5

Fonte: CONAB/IBGE.

(*) Kg por habitante.

(**) Dz por habitante.

(1) Técnica de Planejamento da CONAB

geral, o que acarreta modificações nos hábitos alimentares da população. Exemplo disso são as crescentes demandas por produtos livres de gorduras, de açúcar, "lights", dietéticos; valorização do alimento natural; automação das residências (uso de fornos de microondas, freezers, alimentos preparados etc.); aumento de níveis do consumo fora da residência, em restaurantes industriais, lanchonetes, com a utilização dos tíquetes de refeições-convênios; nova segmentação de mercado, onde pessoas jovens têm necessidade de consumo diferentes das mais velhas; marcas de produtos alimentícios tornar-se-ão mais internacionais, especialmente para os novos produtos, refrigerantes, fast-food etc. Portanto, é importante captar essas alterações nas cestas básicas e nos padrões alimentares da população e isto se faz por in-

termédio de inquéritos de consumo alimentar.

Várias empresas que atuam na área de alimentos revelaram que aumentou o consumo doméstico dos alimentos protéicos de origem animal, tais como carne, leite, ovos e, principalmente, o frango.

O Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda afirmou que com a adoção do Plano Real, em 1994, o consumo per capita de alimentos cresceu devido à estabilização dos índices de inflação, conseguida graças ao comportamento dos preços agrícolas.

Todas essas informações são indícios de que o consumo de alimentos aumentou, porém tratam-se de dados muito gerais, sem estratificação por estados, municípios, faixas de renda, e segmento rural/urbano.

Além disso, o aumento de consumo alimentar é um dos principais fatores de sucesso do Plano de Estabilização do Governo (Plano Real), porque indica uma melhoria na distribuição de renda, favorecendo os estratos mais carentes da população.

A idéia que prevalece atualmente é a da realização de uma pesquisa em nível nacional do consumo alimentar, estratificada por faixa de renda, estados e municípios, rural e urbano. Por ser um levantamento que exige elevados custos para sua execução, faz-se necessária a parceria com diversos órgãos do governo interessados pelo tema (INAN, CONAB, SPA/MAARA, Ministério da Fazenda, IBGE etc.), bem como contactar os organismos internacionais, como FAO, OMS/OPS, Banco Mundial, no sentido de dividirem as responsabilidades com os custos da pesquisa.